REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

GABINETE DO MINISTRO

TERMOS DE REFERÊNCIA

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTAVÉL DE MOÇAMBIQUE

Do Balanço à Acção

-

Preparar o próximo ciclo de desenvolvimento estratégico integrado de Moçambique

Maputo, 20 de Maio de 2026

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
GABINETE DO MINISTRO

Parceiros: BANCO MUNDIAL, GRUPO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO, UNDP, Financiado pela União Europeia

Colaboração: MASC, IMD, IGC, IESE

Índice

I. ENQUADRAMENTO **2**

1.1 Contexto 2

1.2 Justificação Estratégica da Conferência 2

II. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA **3**

2.1 Objectivo Central 3

2.2 Objectivos Específicos 3

III. RESULTADOS ESPERADOS **4**

IV. ABORDAGEM METODOLÓGICA **5**

V. DESENHO E ARQUITECTURA DA CONFERÊNCIA **8**

VI. EIXOS TEMÁTICOS PARA DEBATE **9**

ANEXO 1 - PROGRAMA DETALHADO DA CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE

I. ENQUADRAMENTO

1.1 Contexto

Moçambique inaugurou, em 2025, um novo ciclo estratégico de longo prazo. A aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025–2044 (ENDE), articulada com o Pensar Moçambique 2050 (PM 2050) e operacionalizada pelo Programa Quinquenal do Governo 2025–2029, representa a transição para um novo paradigma baseado num modelo de desenvolvimento estruturado, com visão de médio e longo alcance.

Este momento exige, porém, um exercício colectivo de diagnóstico honesto, debate qualificado e compromisso nacional em torno das escolhas que definirão a trajectória do país nas próximas décadas.

É neste quadro que o Ministério da Planificação e Desenvolvimento convoca a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável de Moçambique. Trata-se de uma plataforma de alto nível, de carácter analítico e prospectivo, orientada para a produção de consensos estratégicos com impacto directo na agenda de reformas e na afectação de recursos.

> *A Conferência é um momento de responsabilização colectiva: onde estamos, porque chegámos aqui, e que escolhas estruturais precisamos de fazer agora para garantir que a próxima geração de moçambicanos herda um país melhor.*

1.2 Justificação Estratégica da Conferência

A relevância desta Conferência resulta da confluência de quatro factores estruturantes:

- **Conclusão do ciclo Agenda 2025:** Volvidos vinte e cinco anos desde a formulação do primeiro exercício estruturado de visão estratégica nacional, é imperativo proceder a um balanço que vá além das métricas sectoriais e interrogue as transformações estruturais efectivamente ocorridas e as que não ocorreram.

- **Compromisso com o desenvolvimento de longo prazo:** O novo ciclo de governação inaugurado em 2025 afirma o desenvolvimento estrutural e de longo prazo como prioridade central da acção do Estado. A aprovação da ENDE 2025-2044, do PQG 2025-2029 e o alinhamento com o Pensar Moçambique 2050 traduzem esse compromisso em instrumentos concretos de planificação e acção. Esta Conferência inscreve-se nesse ciclo como um momento estruturante de diálogo estratégico nacional sobre as prioridades e condições de implementação dessa visão.

- **Inflexão macroeconómica e geopolítica:** O arranque da produção de gás natural liquefeito projecta um crescimento real do PIB de dois dígitos a partir de 2027, segundo projecções do FMI e do Governo. Esta perspectiva de abundância de receitas extractivas coloca Moçambique perante o dilema clássico da dependência de recursos: como transformar riqueza mineral em desenvolvimento endógeno?

- **Contexto de reformas em curso:** O Diálogo Nacional Inclusivo, a Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública 2026–2035 e a revisão do Pacote de Descentralização criam uma janela de oportunidade para que os resultados da Conferência informem directamente a agenda de reformas do Estado.

II. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA

2.1 Objectivo Central

Realizar um balanço do percurso de desenvolvimento de Moçambique nas últimas décadas, com particular enfoque na implementação da Agenda 2025 e de outras estratégias nacionais, de modo a extrair lições e construir consensos sobre a visão, os objectivos estratégicos, as prioridades e as metas de desenvolvimento para o futuro, conforme estabelecido na ENDE 2025–2044.

2.2 Objectivos Específicos

Produzir um diagnóstico das transformações ocorridas e das persistentes dificuldades de transformação no período 2000–2025, com base na avaliação da Agenda 2025 e nos instrumentos de planificação subsequentes.

Debater as implicações estratégicas da dualidade económica emergente: a coexistência entre uma economia extractiva de crescimento elevado e uma economia doméstica de baixa produtividade, reduzida capacidade de absorção de emprego e dependência estrutural de subsistência agrícola.

Afirmar o compromisso do actual ciclo de governação com a aceleração da transformação estrutural, demonstrando a capacidade do Estado de planificar com visão de longo prazo, mobilizar parcerias e executar com coerência estratégica.

Definir prioridades de aceleração da implementação da ENDE 2025–2044, identificando pacotes de reformas estruturais e acções de alta alavancagem para o quinquénio 2025–2029.

Reforçar o posicionamento de Moçambique nas agendas regionais e globais de desenvolvimento como a Agenda 2063 da UA, RISDP 2020–2030 da SADC, ODS 2030 e Acordo de Paris

III. RESULTADOS ESPERADOS

A Conferência deverá produzir resultados concretos e utilizáveis, não declarações de intenção. Os resultados esperados são:

R1	**Balanço do Desenvolvimento 2000–2025**	Síntese analítica do ciclo de implementação da Agenda 2025 e dos instrumentos subsequentes, abrangendo as principais políticas e estratégias implementadas, os resultados e impactos socioeconómicos alcançados, e os constrangimentos estruturais que persistem e que o actual ciclo de governação se propõe superar.
R2	**Consensos sobre a Visão e os Caminhos Estratégicos**	Acordo colectivo em torno da visão de desenvolvimento do país, dos objectivos e prioridades estratégicas, e das metas e indicadores de acompanhamento que orientarão a implementação da ENDE 2025–2044 e do PM 2050.
R3	**Mapa de Prioridades de Aceleração**	Identificação das reformas estruturais e acções de alto impacto para o quinquénio inaugural da ENDE 2025–2029, incluindo prioridades estratégicas, pacotes de reformas e acções de execução imediata.
R4	**Roteiro Nacional de Transformação**	Documento de comprometimento político e técnico, com prioridades, responsabilidades institucionais e indicadores de acompanhamento, instrumento de referência para a prestação de contas do actual ciclo de governação.
R5	**Declaração da Conferência**	Declaração política de alto nível subscrita pelos participantes, afirmando o compromisso nacional com a transformação estrutural e comunicável a parceiros nacionais e internacionais, incluindo organismos da UA, SADC, e parceiros multilaterais de desenvolvimento.

V. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A Conferência foi concebida para ir além do formato convencional de apresentações e painéis. O seu design combina rigor analítico com formatos participativos e inclusivos que ampliam o alcance do debate, reforçam a legitimidade dos resultados e tornam a Conferência num evento de referência no calendário nacional de desenvolvimento.

◈ **01**

Exposição da Linha do Tempo do Desenvolvimento Nacional

À entrada da sala, os participantes são recebidos por uma linha do tempo visual que documenta, através de evidencias, os marcos do desenvolvimento de Moçambique entre 2000 e 2025 - dados, conquistas, desafios e transformações concretas nas áreas económica, social e institucional. A linha do tempo serve de enquadramento visual para os debates do Bloco I e ponto de partida para os debates do Bloco II.

◈ **02**

Promover a Participação da Diáspora

A diáspora moçambicana representa um activo estratégico significativo, profissionais altamente qualificados, empreendedores e académicos com experiência internacional cujo conhecimento e perspectivas enriquecem o debate nacional. A sua inclusão na Conferência reflecte o reconhecimento de que o desenvolvimento de Moçambique é uma causa que une todos os moçambicanos, independentemente de onde se encontrem, e reforça os laços de coesão nacional entre o país e as suas comunidades no exterior.

Para garantir esta participação, a Conferência realiza-se em formato híbrido, com transmissão em directo que permite a participação remota de moçambicanos fora do país. A rede consular será utilizada para disseminar a informação sobre a Conferência e mobilizar a participação da diáspora. Os moçambicanos no exterior poderão acompanhar os debates e submeter contribuições escritas em tempo real, que serão consideradas pelo moderador de cada bloco.

◈ **03**

Promover a Participação de Estudantes e Talentos Emergentes

As estratégias debatidas nesta Conferência têm um horizonte de 25 anos. A geração que irá implementá-las, liderar as instituições e transformar a economia moçambicana é a que está hoje nas universidades e no início das suas carreiras profissionais. Envolvê-la neste é uma decisão estratégica. A sua participação legitima o processo, fortalece a coesão nacional e garante que as prioridades definidas fazem sentido para quem terá a responsabilidade de as concretizar.

Para assegurar esta presença, a Conferência contará com jovens moçambicanos convidados, os melhores estudantes universitários, jovens profissionais e talentos emergentes nos sectores económicos e sociais do país, seleccionados com equilíbrio de género e representação geográfica. Estes jovens participarão activamente na discussão em plenário, trazendo perspectivas fundamentadas e uma visão de futuro que enriquece o debate estratégico.

04

Promover a Participação do Parlamento Infantil de Moçambique

As decisões estratégicas tomadas hoje definem o país que as crianças de Moçambique irão herdar. A sua presença nesta Conferência parte de um princípio simples: as perguntas que as crianças fazem sobre o seu futuro são frequentemente as mais directas e as mais reveladoras. Incluir o Parlamento Infantil é uma forma de garantir que o debate estratégico não perde de vista as pessoas para quem o desenvolvimento existe.

Em parceria com o Parlamento Infantil de Moçambique, um grupo de jovens seleccionados de diferentes províncias participará na Conferência como grupo designado. Previamente informados sobre os temas centrais da Conferência de forma adequada à sua idade, terão um momento formal em plenário para colocar as suas questões e partilhar as suas perspectivas sobre o futuro do país.

05

Promover a Participação de Especialistas Internacionais

O debate sobre o desenvolvimento de Moçambique ganha profundidade quando confrontado com experiências de outros contextos. Países africanos que percorreram trajectórias de transformação estrutural relevantes, bem como organismos internacionais com mandato nas áreas temáticas da Conferência, oferecem perspectivas comparativas que enriquecem a análise e evitam que o debate se feche sobre si mesmo.

Para este efeito, cada bloco contará com a presença de pelo menos um especialista internacional de referência, seleccionado pela relevância da sua experiência para os temas em debate. A sua função é contribuir com lições e perspectivas que informem as escolhas estratégicas do país.

06

Participação activa das Mulheres e da Juventude no Desenvolvimento

O Eixo C da conferência coloca o capital humano e a dinâmica demográfica no centro do desenvolvimento. Num contexto de forte entrada de jovens no mercado de trabalho, a sua participação no debate estratégico assegura que as prioridades definidas respondem às exigências reais da próxima geração. As mulheres, com um papel central na economia e na organização social, são igualmente determinantes para a transformação económica e social do país.

Para garantir um envolvimento efectivo, a conferência adopta medidas concretas. Define critérios de equilíbrio de género e de representação geracional na composição de painéis e participantes. Introduz momentos formais de intervenção de jovens e mulheres em plenário, com contributos que alimentam directamente as conclusões da Conferência. Assegura ainda a selecção de jovens talentos e de mulheres líderes de diferentes sectores e províncias, garantindo diversidade territorial e experiência prática. Estas medidas permitem que a participação influencie o conteúdo e os resultados do debate.

07

Representação Institucional alargada

A legitimidade dos consensos produzidos na Conferência depende da diversidade e representatividade dos actores presentes. Para além dos decisores políticos, técnicos do estado, sector privado e academia a Conferência contará com a participação de representantes dos diversos partidos políticos, dos sindicatos e ordens profissionais, dos órgãos de comunicação social, dos parceiros de cooperação e de representantes do Parlamento.

Esta presença assegura que o debate transcende o círculo governamental e que os compromissos assumidos têm ancoragem na pluralidade de actores que moldam a vida pública, económica e social do país.

V. DESENHO E ARQUITECTURA DA CONFERÊNCIA

A Conferência realiza-se num único dia e organiza-se em três blocos temáticos principais, enquadrados por uma sessão de abertura e uma sessão de encerramento. O desenho privilegia o debate qualificado e a produção de resultados concretos.

Cada bloco terá um moderador com mandato activo para sintetizar argumentos em tempo real, identificar convergências e tensões, e conduzir o debate para conclusões concretas, apresentadas ao plenário no final de cada bloco. Uma equipa de documentação dedicada documenta o debate em tempo real e prepara a Declaração da Conferência.

*Nota: O programa detalhado da Conferência consta do **Anexo I**.*

VI. EIXOS TEMÁTICOS PARA DEBATE

Os eixos temáticos estruturam o conteúdo analítico da Conferência. Cada eixo corresponde a uma linha de debate estruturada que alimenta as sessões dos dois blocos, orientando as intervenções dos especialistas, o debate moderado entre especialistas e a deliberação em plenário. Os eixos foram concebidos para abrir múltiplas dimensões de análise (nacional, regional e global) e ancoram-se nos instrumentos de planificação estratégica adoptados pelo Estado moçambicano, nomeadamente a ENDE 2025-2044, o Pensar Moçambique 2050, o PQG 2025-2029 e o Relatório de Progresso do MARP 2020-2024.

EIXO A | VINTE E CINCO ANOS DE DESENVOLVIMENTO: CONQUISTAS, LIÇÕES E DESAFIOS

> *A Agenda 2025, formulada no ano 2000, constituiu o primeiro exercício nacional estruturado de visão estratégica de longo prazo, orientando políticas públicas e reformas ao longo das últimas duas décadas e meia. A Conferência representa o momento de fazer um balanço honesto e rigoroso deste ciclo: o que foi alcançado, o que ficou por concluir, e que lições devem orientar o ciclo que agora se inicia.*

Linhas de debate:

- **Principais conquistas do desenvolvimento:** que transformações concretas ocorreram nos últimos 25 anos nas áreas económica, social e institucional.
- **Metas não alcançadas:** que objectivos da Agenda 2025 ficaram aquém e que factores estruturais explicam esse resultado.
- **Lições institucionais:** o que a experiência de implementação das políticas públicas deste ciclo nos ensina sobre a capacidade do Estado de planificar e executar.
- **Da Agenda 2025 à ENDE 2025-2044:** como as lições deste ciclo informam as prioridades e o modelo de implementação do novo ciclo estratégico.

EIXO B | TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

> *O PM 2050 documenta que Moçambique registou taxas de crescimento real superiores a 6,5% ao ano durante grande parte das duas décadas anteriores a 2015, com a taxa de incidência de pobreza a manter-se em 62,8% em 2020. O PQG 2025-2029 indica que a indústria transformadora representa 14,5% do PIB e que o sector primário absorve cerca de 75% da força de trabalho. A análise deste período levanta questões estruturais sobre a relação entre crescimento económico agregado e transformação social efectiva que constituem o núcleo deste eixo de debate.*

Linhas de debate:

- **Crescimento económico, distribuição de rendimentos e diversificação produtiva:** como garantir que o crescimento gerado pelos recursos naturais beneficia a economia doméstica, cria emprego, e impulsiona a diversificação económica e a industrialização de sectores não extractivos.

- **Sector privado, ambiente de negócios e cadeias de valor produtivas:** que reformas, incentivos e parcerias são necessários para dinamizar o investimento privado produtivo e desenvolver cadeias de valor integradas que agreguem valor localmente e criem emprego.
- **A economia a duas velocidades**: como reduzir a distância entre o sector formal de alta produtividade e a grande maioria da população que depende da agricultura de subsistência e da economia informal.
- **Redistribuição e protecção social:** em que medida a despesa pública está a chegar a quem mais precisa e que ajustes são necessários.
- **Lições de outros países em transformação económica:** que experiências internacionais de gestão de recursos naturais, diversificação económica e criação de emprego massivo são relevantes para Moçambique.
- **Sustentabilidade ambiental e resiliência climática:** como integrar a adaptação climática no planeamento do desenvolvimento, fortalecer a resiliência de infraestruturas e comunidades contra choques climáticos, garantir a gestão sustentável dos recursos naturais e biodiversidade, e promover a transição energética, agricultura climática inteligente e economia azul sustentável.

EIXO C | CAPITAL HUMANO, TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA E CRIAÇÃO DE EMPREGO

O PQG 2025-2029 projecta uma taxa de crescimento populacional de 2,5% ao ano para o quinquénio, com mais de 400.000 jovens a entrar anualmente no mercado de trabalho. O PM 2050 documenta um investimento de 0,33% do PIB em investigação e desenvolvimento. A capacidade de absorção produtiva desta força de trabalho crescente e o alinhamento entre o sistema educativo e as necessidades da economia constituem determinantes centrais da trajectória de desenvolvimento do país nas próximas décadas.

Linhas de debate:

- **Qualidade da educação:** para além do acesso, em que medida o sistema educativo está a preparar os jovens para o mercado de trabalho e para a vida produtiva.
- **Emprego jovem, qualificação profissional e empreendedorismo:** como criar oportunidades de emprego formal para os mais de 400.000 jovens que entram anualmente no mercado de trabalho, alinhar a formação técnico-profissional com as necessidades do mercado, e dinamizar o empreendedorismo.
- **Formação técnica e profissional:** como alinhar a oferta de formação com as necessidades reais dos sectores em crescimento.
- **Saúde e produtividade:** como o investimento na saúde contribui directamente para o desempenho económico e o bem-estar da população.

EIXO D | CAPACIDADE INSTITUCIONAL E GOVERNAÇÃO

O Relatório de Progresso do MARP 2020-2024 avalia 28 recomendações distribuídas pelas quatro áreas temáticas do mecanismo. Na área de Democracia e Governação Política, que concentra 18 das 28 recomendações, o relatório identifica progressos em curso e áreas que requerem aprofundamento. A arquitectura institucional do Estado, a capacidade técnica, a descentralização

efectiva e o ambiente regulatório constituem condições para o desenvolvimento e domínios de intervenção estratégica prioritária identificados na ENDE 2025-2044.

Linhas de debate:

- **Descentralização e desenvolvimento local**: como garantir que as regiões e províncias têm capacidade real para planificar e executar o seu próprio desenvolvimento.
- **Reforma da administração pública:** como tornar o Estado mais eficiente na implementação das políticas que aprova.
- **Ambiente de negócios:** que condições são necessárias para atrair e reter investimento privado produtivo que cria emprego e gera riqueza.
- **Recursos naturais e benefícios nacionais:** como garantir que a exploração do gás, carvão e outros recursos gera retorno real para a economia e para os cidadãos moçambicanos.

EIXO E | CONTEXTO GLOBAL E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DE MOÇAMBIQUE

O PM 2050 enquadra Moçambique numa região de crescente relevância geoestratégica, com destaque para as rotas do Índico e o Canal de Moçambique. A ENDE 2025-2044 e o PM 2050 identificam as mudanças climáticas e a transformação digital como vectores de mudança sistémica global com implicações directas para o modelo de desenvolvimento nacional e para o posicionamento do país nas próximas décadas.

Linhas de debate:

- **Moçambique na economia regional e continental:** como aproveitar as oportunidades criadas pela reconfiguração das cadeias de valor globais e pela integração africana.
- **Mudanças climáticas e desenvolvimento:** como integrar a resiliência climática no planeamento do desenvolvimento e das infra-estruturas de forma que proteja os ganhos já alcançados.
- **Transformação digital:** como garantir que a digitalização da economia cria oportunidades para todos e não aprofunda as desigualdades existentes.
- **Energia e gás natural:** como posicionar Moçambique de forma vantajosa no contexto da transição energética global.

EIXO F | FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO E INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA

O PQG 2025-2029 estabelece a independência económica como objectivo estruturante e projecta um crescimento médio entre 4% e 5,5% ao ano para o quinquénio. O PM 2050 enquadra a gestão das receitas dos recursos naturais como determinante central para promover um modelo de desenvolvimento endógeno. A mobilização e alocação eficiente de recursos, domésticos e externos, constitui uma condição de viabilidade para a implementação da ENDE 2025-2044.

Linhas de debate:

- **Financiamento da ENDE**: como mobilizar os recursos necessários para implementar a estratégia nacional de desenvolvimento, combinando receitas do Estado, investimento privado e cooperação internacional.
- **Receitas do gás e o Fundo Soberano de Moçambique:** como gerir e alocar estas receitas de forma a financiar o desenvolvimento de longo prazo e evitar a dependência extractiva.
- **Custo do financiamento e acesso ao crédito:** como criar condições para que as empresas moçambicanas, em particular as pequenas e médias, tenham acesso a financiamento a custos que permitam investir e crescer.
- **Financiamento climático internacional:** como aceder de forma estratégica aos recursos disponíveis nos mecanismos multilaterais de financiamento climático.